

EXCLUSÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR: ASSESSORIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS JUNTO À COMUNIDADE DO ALTO DO PANTANAL

Eliza Coelho

Acadêmica do Curso de Ciências Sociais da UFSC

Lígia H. Hanh Lüchmann, Dra.

Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC (Coordenadora)

ligia@cfh.ufsc.br

Resumo

Tendo em vista as precárias condições de moradia e de infra-estrutura urbana vivenciadas pelos moradores do alto do bairro Pantanal (aproximadamente 200 famílias), este projeto¹ visou formular, a pedido e em conjunto com alguns moradores, um quadro-diagnóstico da situação e dos problemas do bairro. O levantamento e a sistematização de informações e conhecimentos acerca desta realidade social visa contribuir para o processo de organização comunitária e na implementação de medidas de melhoria das condições de vida da população local.

Palavras-chave: Organização popular, associativismo, comunidade.

Introdução

O associativismo de bairro tem se configurado como um importante agente de desenvolvimento social nas cidades brasileiras, desencadeando uma série de ações que visam não apenas reivindicar melhores condições de vida, como participar ativa e propositivamente nas decisões tomadas pelo poder público, colocando-se como legítimos interlocutores na elaboração das políticas públicas.

O município de Florianópolis conta com uma importante rede de organizações populares. Não deixando de lado a importância das ações deste grupo mais articulado e combativo, há que se destacar uma série de problemas e limites que perpassam, de forma variada, o conjunto do associativismo urbano da cidade. Dentre as dificuldades ressalta-se: o baixo grau de representatividade das lideranças; a expressiva carência de recursos (humanos e materiais); as interferências da política partidária e estatal; a carência de

¹ O projeto contou com a participação sistemática, além da coordenadora e da bolsista, da acadêmica do curso de Ciências Sociais da UFSC, Rafaela F. F. Sant'Ana.

formação técnica e política das lideranças; e a necessidade de ampliar e sistematizar as informações e conhecimentos acerca de sua realidade social.

Percebe-se, portanto, enormes lacunas que se constituem, por seu turno, como importantes espaços para uma prática de extensão universitária que vise o desenvolvimento da organização social. Um certo vazio da extensão universitária neste campo de atuação tem sido reiteradamente manifesto por lideranças comunitárias na reivindicação do estreitamento dos laços universidade-comunidade, reclamando uma atuação eminentemente comprometida, continuada e institucionalizada.

Este projeto visou formular, junto com os moradores do alto do Pantanal, uma proposta de assessoria para o processo de organização popular, elaborando, em conjunto com alguns moradores, um perfil do bairro do Pantanal, do Centro Comunitário (CCPAN) e da recém criada Associação de Moradores do Alto do Pantanal (criada durante a vigência desse projeto). Visou ainda ampliar o campo de atuação dos estudantes de Ciências Sociais para que disponibilizem, apliquem e produzam conhecimentos, sistematizando e diagnosticando o quadro de carências em conjunto com os sujeitos sociais, e desenvolvendo, à luz destes conhecimentos, uma assessoria considerada fundamental para o desenvolvimento do associativismo cidadão. O projeto contempla, neste sentido, as articulações: universidade-sociedade, teoria-prática, pesquisa, ensino e extensão.

Material e Métodos

A partir da aplicação de questionários junto a 109 famílias do Alto do Pantanal² o projeto entrou em uma nova fase, qual seja, ampliar, apresentar e refletir os dados e informações com a população local. Nesta perspectiva, em um evento realizado em 06/03/2004 e contanto com a presença de 42 pessoas, foram apresentados e discutidos com a comunidade os resultados da pesquisa sócio-econômica preliminar. Além disso, foram mapeadas as entidades sócio-comunitárias da região do Pantanal, através de documentos, contatos e entrevistas (com lideranças comunitárias, representantes do poder público e universidade). Na medida do possível, realizou-se um acompanhamento junto aos encontros e reuniões comunitárias e promoveu-se encontros e articulações com outras áreas de conhecimento da Universidade, tendo em vista uma abordagem interdisciplinar.

² Foram aplicados em 14/09/2003 por uma equipe formada por: Lígia H.H. Lüchmann (coordenadora do projeto) e os alunos do curso de Ciências Sociais que participaram da disciplina “Extra Classe”, ministrada pela coordenadora no período de 2003/2.

Ressalta-se também a leitura e discussão de material bibliográfico (textos, livros e teses) referente a questões relacionadas à problemática urbana, organização da sociedade civil e o seu papel no processo de democratização da sociedade.

Resultados e Análise

Caracterização Geral da Comunidade do Pantanal.

A comunidade do Pantanal, inicialmente (no século XIX) caracterizada por sítios com casas rústicas e engenhos primitivos feitos de alvenaria ou pau-a-pique barreado e cobertos de telha ou palha, veio historicamente sofrendo importantes transformações. Acompanhando o processo de povoação do interior da Ilha, era constituída por famílias pobres, descendentes de açorianos e negros em busca de terra. Em geral, eram terras de cultura, com cafezal, canavial, pomares e cultivo de mandioca; possuindo também criação de gado³.

Sobre a origem de seu nome, Virgílio Várzea, no final do século XIX, define poeticamente assim: “O nome de Pantanal vem-lhe talvez desse vale onde serpeia o riacho dos Limões que deságua a praia do Saco, vale em cujo terreno são freqüentes os banhados, mas que é de um pitoresco impressionista pela linha rasa dos campos e no pendor das espaldas, ondulando em tonalidades sem fim de verdura a uma e outra margem da estrada, atravessada de pontes em seu leito arenoso e largo”⁴.

É somente na década de 1930 que seus moradores testemunham a instalação de luz elétrica, porém, apenas nas casas mais ricas, por meio do clube Corintians. Em 1956 é fundada a Escola Reunida Professora Beatriz de Souza Brito (casa-escola), tornando-se Grupo Escolar apenas no final da década de 1960.

O comércio local era pequeno, com apenas três “vendas”.

Muitas das festas na comunidade estavam ligadas à religião católica, predominante no bairro. Apesar de não possuir igreja em seu espaço territorial, os moradores freqüentavam a missa na Igreja da Trindade ou do Saco dos Limões.

Entre as festas de cunho religioso, destacam-se a Festa da Santíssima Trindade, que mesmo sendo realizada na Trindade, mobilizava a todos; os grupos de Terno de Reis, que cantavam do Natal até 6 de janeiro; e a Festa da Páscoa, com a “Queima do Judas”, no

³ Dallabrida, 1989.

⁴ Várzea, 1984.

Sábado de Aleluia. Além destas, outras festas e atividades ou manifestações culturais se destacavam àquela época, como a farra do boi, que ocorria com o boi solto; as corridas de cavalo (“carreiras de cavalo”); o boi-de-mamão; e os bailes realizados na casa dos moradores, e que passaram a ser maiores e mais organizados com a fundação do “Clube Recreativo Corintians Catarinense”, em 1931, onde se realizavam as “Domingueiras” e os bailes de carnaval.

A partir da década de 1960, o Pantanal começa a se transformar, principalmente com a instalação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1962, e da Eletrosul em 1978, tornando-se as maiores geradoras de emprego da região. Instalam-se ali também o Instituto Teológico de Santa Catarina (ITESC), em 1973, e a TV Barriga Verde, em 1982.

Com essas mudanças, o bairro tem seu momento de urbanização acentuado, sendo que os moradores antigos começam a sofrer a pressão da especulação imobiliária e de um processo de ocupação que acontece de forma desenfreada, sendo a comunidade loteada clandestinamente e sem nenhum planejamento.

Atualmente, o bairro limita-se a Oeste com o Jardim Cidade Universitária, a Leste com o divisor de águas do Sertão do Pantanal, ao Sul com o bairro de Saco dos Limões e ao Norte com a UFSC. Seu acesso principal se dá através da Rua Deputado Antônio Edu Vieira. Construídas sobre as encostas do morro, muitas moradias cobrem locais de alta declividade, sendo que a parte mais alta é ocupada, em sua maioria, por famílias de baixa renda.

Atualmente, as partes mais baixas do bairro estão totalmente ocupadas, com menor adensamento no alto, onde existe uma parcela do território em APL (Área de Preservação Limitada) e outra em APP (Área de Preservação Permanente).

Quanto à religião, a comunidade possui uma Igreja Católica, uma Igreja Batista, uma Assembléia de Deus e uma Igreja Quadrangular.

Não há áreas de lazer no bairro, sendo que as atividades culturais e sociais se dão no CCPAN (Conselho Comunitário do Pantanal), CTA (Centro de Tradições Açorianas), Clube Corintians e no mangueirão, onde atualmente ocorre a farra do boi.

Quanto aos equipamentos sociais ou comunitários, o bairro possui:

- 1) o ensino universitário na UFSC;

- 2) ensino básico na Escola Básica Beatriz de Souza Brito, escola pública municipal que se transformou efetivamente em escola básica em 1983, tendo sido fundada como casa-escola já em 1956;
- 3) a creche, localizada junto à escola de ensino básico, atendendo crianças do maternal ao pré-escolar.
- 4) posto de saúde, que ocupa as mesmas instalações do CCPAN (com atendimento médico e odontológico); e
- 5) o Centro Comunitário, que foi fundado em 24/03/1981, durante o mandato do governador Jorge Bornhausen, tendo sido sua sede reformada na gestão 2001-2002.

As habitações mais precárias estão no Alto do Pantanal, acompanhando a precariedade com relação à infra-estrutura e ao saneamento básico. De maneira geral, na parte “baixa”, as casas possuem água tratada (embora com problemas de abastecimento), energia elétrica e sistema de esgoto. Há coleta de lixo seletivo na rua principal (Dep. Antônio Edu Vieira) e coleta simples realizada 3 vezes por semana pela Comcap, abrangendo as demais ruas, todas pavimentadas ou calçadas (e uma escadaria próxima a Igreja).

A população total residente no Pantanal é de 4.703 habitantes (Censo IDHL, 2000).

2) Perfil sócio-econômico do Alto do Pantanal

A partir de alguns dos dados levantados através do questionário aplicado em setembro de 2003 com 109 famílias do Alto do Pantanal⁵, apresentamos aqui um perfil destes moradores (aproximadamente 200 famílias), 33% deles provenientes do interior de Santa Catarina; e 34% moradores naquele local a mais de dez anos.

Cidade de origem	Número de moradores por residência	Tipo de casa
38% são de Florianópolis	32% acima de quatro moradores	65% casas de madeira
33% do interior do Estado – SC	23% dois moradores	19% casas mistas
23% de outras regiões do país (RS 13%, PR 7%).	22% um morador	14% casas de alvenaria
	21% três moradores	2% não informaram

⁵ Esta apresentação dos dados da pesquisa foi elaborada pela equipe de alunos – Andriu Nobre, Rafaela Sant’Ana, Rita Dutra, Cristiano Carbonari (do Curso de Ciências Sociais da UFSC); Carolina Coelho (do Curso de Comunicação e Expressão da UFSC) e pela professora coordenadora, e se constituiu em matéria exclusiva de um jornal que foi apresentado e distribuído à comunidade, pela mesma equipe, em 06 de março de 2004.

2% da Argentina 4% não responderam	2% outros/não responderam	
---------------------------------------	---------------------------	--

A partir das respostas obtidas nos questionários aplicados, quando analisamos a situação de moradia das famílias localizadas na Comunidade do Alto do Pantanal, vemos que 90% possuem casa própria, 7% das casas são alugadas e 3% encontram-se em outras condições.

Perguntou-se a respeito da divisão interna das casas dessas famílias. Quanto aos cômodos, tais casas possuem: um cômodo (8%); dois cômodos (19%), três cômodos (26%); quatro cômodos (24%); cinco cômodos (10%); seis cômodos (8%) e mais de seis cômodos (5%). Na maioria dessas moradias, 74% dos banheiros se encontram dentro das casas, 20% localizam-se fora e 6% dos entrevistados não responderam a esta questão.

Outra pergunta diz respeito à situação da água. Um dos principais motivos da comunidade ter chamado a Universidade para a realização da pesquisa, estava relacionado, desde o início, à necessidade de resolver o grave problema da falta de água tratada na região. Constatou-se com a pesquisa o que os moradores já percebiam: 98% das residências não possuem água tratada. Dentre esses moradores, a grande maioria recolhe a água de fontes naturais. Além disso, em alguns períodos do ano falta água, como acontece no resto da ilha.

Também a pedido dos moradores, perguntamos sobre a capacidade das caixas d'água. Dos 72% que alegam possuir caixas d'água, 1% são de menos de 250 litros, 9% entre 250 a 500 litros, 29% são de 500 a 1000 litros; 14% têm entre 1000 e 1500 litros, 5% possuem caixas entre 1500 a 2000 litros, e 3% acima de 2000. Tendo em vista que 3% não respondeu e que um número considerável de casas não tem caixa d'água, a soma total de 70.000 litros está bem abaixo das necessidades, no caso da construção de um reservatório.

Perguntou-se sobre a situação da energia elétrica e as respostas foram: 61% das casas possuem energia elétrica contra 38% que alegam não possuir. Porém, sabe-se que essa energia é subdividida entre várias famílias, sendo que apenas algumas recebem o comprovante de pagamento.

Quanto à forma de esgoto, as respostas apresentaram alguns problemas devido a uma certa confusão entre fossa séptica, fossa negra, e esgoto a céu aberto. Os dados podem estar comprometidos, mas os resultados foram estes: 55% fossa séptica; 27% de fossa negra e 18% a céu aberto.

Sobre o destino do lixo, 84% usam a lixeira comunitária; 7% queimam o lixo; 6% separam o composto residual; 2% dão outra finalidade ao lixo e 1% não responderam.

Vemos até aqui que este bairro apresenta precárias condições de infra-estrutura, constituindo-se em uma comunidade de baixa renda, como atestam os seguintes números: 31% das famílias recebem entre um salário (R\$ 240,00) a um salário mínimo e meio. A segunda maior freqüência é a faixa que varia entre R\$ 400,00 – R\$ 599,00, com 26%, ou seja, famílias que possuem uma renda superior a 1 salário mínimo e meio até 2 salários mínimos e meio. A terceira faixa de renda familiar mais freqüente foi a variação entre R\$ 600,00 - R\$ 799,00, com 14%, ou seja a renda familiar superior a 2 salários mínimos e meio até 4 salários mínimos. Convém destacar que um total de 12% de famílias *sobrevivem* com menos de 1 salário mínimo ou não possuem renda alguma. A menor freqüência de renda familiar foi a de famílias que possuem sua renda equivalente ou maior que R\$ 1.000,00, ou seja superior a 4 salários mínimos, com 11%.

Se somarmos os que recebem entre menos de um salário mínimo, os que não têm renda e os que recebem entre um e um e meio salários mínimos, concluímos que cerca de 45% da população pesquisada possuem renda de no máximo um salário mínimo e meio. E se cruzarmos estes dados com a pergunta sobre os benefícios de programas para famílias de baixa renda, constata-se que são poucas as que recebem algum tipo de auxílio, como bolsa-escola e cesta básica: 17% das famílias afirmam receber algum tipo de benefício, 22% responderam que não recebem e 54% dos entrevistados não responderam a esta questão.

Com relação às perguntas sobre o uso do tempo livre, podemos perceber que muitos moradores da Comunidade do Alto do Pantanal passam suas horas vagas em casa. A resposta mais freqüente à questão "Quais atividades exerce na hora de lazer?" foi ficar em casa (21%). Em um primeiro momento, podemos especular que durante os momentos livres, os moradores desta comunidade preferem organizar o lar, curtir a família, ver TV (quarta maior freqüência nas "atividades que exerce durante as horas de lazer" - 12%), realizar trabalhos manuais (sexta maior freqüência sobre as atividades que exerce - 5%), ou simplesmente gozar plenamente do direito ao ócio.

Entretanto, parece que não é bem assim. Em grande parte a referência "ficar em casa" está relacionada à necessidade de melhorar as condições de moradia (auto-construção), além da realização de atividades de complementação de renda. E ainda, tirando os 36% que ficam em casa durante suas horas de lazer, temos 4% que responderam não ter alternativas de lazer.

Outra atividade que os moradores exercem nas suas horas de lazer é o esporte (15%), esta resposta também foi a terceira mais freqüente da pergunta “O que gostaria de fazer nas horas de lazer?” com 13%.

As atividades de deslocamento como passeios e visitas aos parentes também são as de maior freqüência. Depois do esporte vem o passeio como a quarta atividade que mais exercem (13%), seguidos de visitas a parentes (5%) e ir à praia (4%).

Quanto à questão "o que gostaria de fazer nas horas vagas", o parque foi uma resposta que nos fez refletir sobre a necessidade de um equipamento desta natureza para a comunidade. Muitos podem pensar que, pelo fato da comunidade se situar em um espaço arborizado, não haja a necessidade de um parque, além dos argumentos de que os seus moradores contam com as quadras de esportes e os espaços da UFSC, vizinhos próximos.

Fato é que não só a comunidade do Alto do Pantanal sente falta de um parque, mas também o bairro Pantanal como um todo necessita de espaços de lazer e convívio.

Outra demanda que os moradores desta comunidade registraram foi a vontade de freqüentar cinemas e teatros, bens culturais que, pela falta de incentivo, ou seja, preços muito altos para a maioria da população e a sua localização em lugares fechados como shoppings centers ou centros culturais, fazem com que essa opção seja descartada do cardápio de variedades.

Sabemos que atividades lúdicas como o esporte, passeios, parques, bares e festas, são atividades de convívio e de integração social, porém urge que a comunidade se una para resolver alguns problemas de caráter coletivo. Podemos perceber dois momentos diferentes nas relações que os moradores estabelecem entre o tempo livre, o lazer e as ações de caráter associativo ou coletivo. Perguntados sobre o que fazem nas horas de lazer, as respostas que apontavam para este “espírito comunitário” foram as festas (1%), o Boi de mamão (1%), pesca (3%) e música (2%), ou seja, todas atividades lúdicas.

Por outro lado, há problemas e carências da comunidade que só serão resolvidas por meio da mobilização popular, seja através de debates, mutirões, associação e pressões coletivas junto ao poder público. Nessa perspectiva, perguntados sobre o tipo de trabalho comunitário que gostariam de realizar (demos aos moradores 8 opções de formas de atuação, sendo que o morador ficava livre em responder quais e quantas atividades gostaria de realizar), 15% disseram ter interesse em colaborar com mutirões comunitários. O desejo de atuar em uma associação de moradores apareceu em 14% dos questionários. Atividades festivas, religiosas, esportivas e bingos benficiares foram apontados em 12% dos

questionários. Apenas 3% demonstraram interesse pelo Conselho Comunitário e 5% apontaram outros trabalhos.

Na pergunta relacionada aos problemas e carências da comunidade, os moradores apontaram em média 3 problemas por questionário. Na hierarquia desta listagem, a questão da água aparece em primeiro lugar com 23%, seguida da problemática da infra-estrutura das ruas com 19%, saneamento e esgoto aparecem com 13%, luz elétrica 9%. Cinco por cento dos questionários falam da falta de transporte público na região. Outras questões também foram levantadas pelos moradores como falta de organização comunitária (3%); acesso à comunidade (1%); violência (1%); lixo (1%); e outros (4%). Vinte por cento não responderam.

Quando questionados sobre quem deveria resolver os problemas da comunidade, a grande maioria dos moradores atribuiu a responsabilidade à Prefeitura Municipal de Florianópolis, com 42%. Doze por cento responderam que caberia a própria comunidade. As agências públicas (CASAN, CELESC, COMCAP) são citadas por 8% dos moradores e 7% dizem que a tarefa de resolver os problemas da comunidade cabe ao Conselho Comunitário do Pantanal. Neste questionário ainda foi lembrado o governo do Estado (2%). Vinte e cinco por cento não responderam.

Quando pedimos uma avaliação a respeito da atuação do Conselho Comunitário do Pantanal, 30% dos moradores consideraram-na boa ou ótima, 7% disseram ser regular e 18% avaliaram o Conselho como ruim ou péssimo. Nessa pergunta, 32% dos moradores não responderam e 8% disseram desconhecer o Conselho. Dois por cento apontaram ainda a falta de comunicação do mesmo com a comunidade.

Perguntados sobre a sua participação no Conselho Comunitário do Pantanal, a grande maioria (74%) respondeu que não participa. Dos 26% que responderam participar do Conselho:

- 6% dizem ter participado das reuniões;
- 5% contribuem ou participam esporadicamente;
- 5% participam dos cursos pagos oferecidos pela entidade;
- 4% dizem utilizar o posto de saúde (vale lembrar que o mesmo se localiza no referido conselho);
- 1% participa do Boi de Mamão, que possui um espaço no conselho;
- 1% diz ser membro da diretoria.

Tendo em vista que os Conselhos Comunitários e as Associações de Moradores são as principais formas de organização dos bairros, parece oportuno se refletir sobre esse baixo índice de participação junto ao Conselho do Pantanal. Entre as várias razões possíveis, gostaríamos de destacar o fato de o bairro do Pantanal apresentar grandes diferenças nas condições de vida e de infra-estrutura de seus moradores como um todo. Assim, os problemas mais agudos atingem a população mais carente, cujas condições de vida são muito diferentes das dos moradores de outras classes sociais. Essa distância sócio-econômica também se traduz na distância geográfica. Convém destacar que não apenas a sede do Conselho fica na parte de baixo do bairro, como também suas atividades parecem estar bastante afastadas dos interesses dos moradores do “alto”. Isso pode ser constatado em alguns depoimentos dos moradores pesquisados, ao colocarem que não se sentem representados pelo Conselho do bairro. Além disso, há que se analisar a trajetória do Conselho, como faremos a seguir.

Breve histórico da organização comunitária no Pantanal

O Conselho Comunitário do Pantanal – CCPAN

Através de um grupo de moradores do bairro do Pantanal, formou-se uma “comissão pró-conselho comunitário” que convocou, no dia 24/02/1981, uma assembléia geral realizada no Grupo Escolar Prof.^a Beatriz de Souza Brito, a qual aprovaria o Estatuto para a implantação do Conselho Comunitário no bairro. Este Estatuto teve como modelo o que era instituído, na época, pela Fundação Catarinense de Desenvolvimento (FUCADESC)⁶, e seguia, portanto, as normativas da política estadual de controle e dependência dos Conselhos à política institucional. É, portanto, no contexto de um

⁶ A FUCADESC é um órgão estadual que substituiu, em 1979, a SAC - Supervisão de Ação Comunitária. Em Santa Catarina, o governador Antonio Carlos Konder Reis - em perfeita sintonia com o governo federal - decreta (em 1977) a lei nº 2.840 que criava o “Programa Estadual de Estímulo e Apoio à Criação e ao Funcionamento de Conselhos Comunitários”. Os Conselhos Comunitários não teriam outro papel senão o de funcionarem como um mecanismo de controle social do governo nos bairros e comunidades catarinenses. Nesse mesmo ano é criado a SAC (Supervisão de ação comunitária) órgão governamental responsável pela implantação dos Conselhos Comunitários. Somente as entidades ligadas à SAC recebiam verbas do governo, cabendo a ela também fornecer o Estatuto padrão aos Conselhos. Além disso todos os diretores eram nomeados diretamente pelo governador (Matos, 1990). A SAC foi substituída, em 1979, pela FUCADESC. Convém lembrar que essa prática política começa a ser questionada já no início dos anos 80.

programa estatal de controle e de cooptação, que o Estatuto foi aprovado e as primeiras eleições, realizadas (em 24/03/1983).

Na primeira eleição para o CCPAN houve apenas uma chapa concorrente, que foi eleita. Os temas prioritários em sua gestão foram: água, saneamento básico, calçamento, ônibus, ensinos de 1º. e 2º. graus, saúde, posto policial, mutirão e esporte. A chapa tinha como presidente Harildon Savi, e como vice Iomar Santos da Costa. Após um ano de gestão houve nova assembléia, onde o descrédito dos moradores (e membros da diretoria) para com o CCPAN foi bastante enfatizado (inclusive a omissão do secretário, Paulo de Oliveira Maia, que não vinha cumprindo com suas obrigações). Nesta assembléia reformula-se também o plano de atividades: iluminação para os moradores do Sertão do Pantanal e solução dos problemas de infra-estrutura do bairro, “que são esquecidos pelo poder público”⁷.

Em 06/04/1983, no mesmo grupo escolar, realizou-se a segunda eleição para o CCPAN. Novamente uma eleição com chapa única, denominada “Trabalho e Integração”. Durante a apresentação da chapa, foi proposto um novo tipo de gestão, a ser desenvolvida através de comissões. Dos 31 votantes, 26 escolheram a chapa (2 votos em branco e 3 votos nulos). Tendo como presidente Lourenço Orth, e como vice, Paulo Wanderlinde, a posse ocorreu no dia 28/04/1983 no Clube Corintians Catarinense, com a presença de vários políticos da cidade. Durante esta gestão foi realizada, em 16/08/1983, uma nova assembléia para discutir a proposta (aprovada) de manutenção financeira do CCPAN, através de contribuição mensal dos associados e de convênio com a FUCADESC (para contratação de funcionários). Em 07/02/1984 houve prestação de contas, substituição de membros e reivindicações de alguns membros da comunidade para a necessidade de se colocar calçadas, lombadas e placas de sinalização nas imediações da escola, devido o recente asfaltamento da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, além da construção de uma capela no Pantanal.

Nesta gestão, as atividades que estavam sendo realizadas pelo CCPAN eram, de acordo com o Livro de Atas do Centro Comunitário, o atendimento do posto médico e primeiros socorros; o programa “olha o peixe”; e outros serviços gerais, com a proposta de se reformar o Grupo Escolar para ser a futura sede do CCPAN⁸. A terceira eleição para o

⁷ Livro de Atas do Centro Comunitário do Pantanal.

⁸ De acordo com o Livro de Atas do CCPAN, a diretoria do Grupo Escolar foi contrária, alegando a necessidade de primeiro ter condições de funcionamento na nova sede construída para a abrigar, para depois abrir espaço para o Centro Comunitário reformar a atual sede.

CCPAN foi realizada em 25/02/1985 no Grupo Escolar. Houve apenas uma chapa inscrita (“Comunidade Unida”), tendo como presidente Augusto César Torquato e como vice Abelardo José da Silva Mattos, que obtiveram unanimidade no pleito (22 votos). A posse deu-se no Clube Corintians, em 25/03/1985, com a presença de representantes do governo estadual, municipal e da Igreja Católica. Em 12/03/1987, já na sede atual do CCPAN localizada na Rua: Deputado Antônio Edu Vieira, nº 968, foi realizada assembléia para aprovação da prorrogação do mandato desta gestão por mais dois meses, com o propósito “de efetuar um trabalho de conscientização e participação da comunidade nas próximas eleições” (segundo o Livro de Atas do CCPAN). Sendo a proposta aceita, as eleições foram marcadas para 14/05/1987.

Apesar deste momento de conscientização, proposto pelo CCPAN na última assembléia, houve apenas uma chapa inscrita (“Trabalho Comunitário”), que foi eleita com 21 votos, tendo 5 votos brancos. O presidente eleito foi José Aristônio Luna e o vice Lourenço Orth. Na posse da chapa, em 28/05/1987, foram explanadas as obras e benfeitorias feitas no bairro e na sede do Centro Comunitário pela gestão anterior e também sobre os convênios entre prefeitura municipal e CCPAN.

As eleições marcadas para 28/03/1989 foram prorrogadas para 11/05/1989 na tentativa (frustrada) de formarem-se várias chapas. Apenas uma chapa foi inscrita (“Integração”) com 33 votos: 29 a favor, 3 contra e 1 em branco. O presidente eleito foi João Rogério da Cunha e o vice Hélio Carvalho Filho. Durante a posse, em 26/05/1989, foi entregue, pelos funcionários do CCPAN, uma carta de reivindicações à nova diretoria.

A sexta eleição, mesmo com muita dificuldade de formação de uma única chapa, ocorreu em 18/05/1991. Com a participação de 50 associados, a chapa (“Participação”) foi eleita com 49 votos a favor e 1 voto contra, tendo como presidente Érico Ivônio Vieira e como vice Arcely da Silva Mariano. Durante a posse, que ocorreu no dia 05/06/1991, o presidente eleito do CCPAN, Érico Ivônio, explanou sobre as mudanças do bairro, que tendo antes uma característica rural, tornara-se eminentemente urbano. O prefeito da época, Edson Andrinio, elogia o CCPAN como o centro comunitário mais atuante do município de Florianópolis. Apesar dos elogios recebidos, em 17/09/1991 houve a renúncia do presidente do Conselho devido a desentendimentos ocorridos no interior do Conselho, de acordo com o Livro de Atas do Centro Comunitário. A vice-presidente - e a secretária (Norma Maria Oliveira) - também colocam seus cargos a disposição, restando

apenas o tesoureiro. Em 19/09/1991 são realizadas novas eleições que escolheram como presidente do CCPAN, Hélio Carvalho Filho; como vice, Carlos Roberto Vieira e como secretária Maria José Wanderlinde.

Em 14/05/1993, agora em tempo regulamentar, ocorreram novas eleições, com apenas uma chapa inscrita (“Integração”). Foi eleita com 31 votos a favor e 2 contra, tendo como presidente, César Laus e como vice, Marcos Antônio Costa. Na posse, ocorrida em 28/05/1993, com a presença de representantes da UFECO e da UFSC, que pela primeira vez participavam de uma solenidade de posse do CCPAN, percebe-se, por isto, uma maior aproximação do CCPAN com esses órgãos. A UFECO⁹, teve como representante na solenidade Edvaldo Favanz (presidente do órgão na época), e a UFSC, teve como representante durante o evento de posse, o pró-reitor e professor, José Fletiz. Nesta gestão foi reformulado o Estatuto Social, aprovado pela comunidade em 21/02/1995.

A eleição de 28/04/1995 foi a primeira ocorrida após a reformulação do Estatuto, reformulação esta baseada na ampliação dos critérios eleitorais. Ou seja, não mais apenas os associados ao CCPAN, e sim, todos os moradores do bairro ou que trabalhem no mesmo há mais de 6 meses, maiores de 16 anos, poderiam votar. Houve também mudanças na composição da diretoria, dividida agora em Diretoria Executiva (6 membros) e Conselho Fiscal (3 membros). Foi a eleição mais expressiva até então, com 405 votantes e duas chapas: Chapa 1 “Energia” e Chapa 2 “Integração”. A primeira chapa obteve 184 votos, e a segunda, 215 votos; tendo 4 votos nulos e 2 brancos. A chapa eleita tinha como presidente César Laus, e como vice, Albertina da Silva de Souza. A posse ocorreu em 26/05/1995 e em 04/06/1996, em assembleia extraordinária, alguns cargos tiveram que ser preenchidos por terem sido abandonados (Luiz Batista Fontanelo ficou com o cargo de Diretor Administrativo; Lourenço Orth, Diretor Financeiro; José Carlos Dutra, Diretor de Cultura Esporte e Lazer e José Orlando Leite, com o Conselho Fiscal).

A eleição para o biênio 1997/1999 ocorreu em 21/03/1997, com apenas uma chapa inscrita (“Força Comunitária”) e totalizando 54 votantes: 52 votos a favor e 2 votos contra. A presidente do CCPAN escolhida, naquela ocasião, foi Albertina da Silva de Souza, tendo como vice Lourenço Orth. A posse ocorreu em 02/04/1997.

O biênio 1999/2001 teve suas eleições em 19/03/1999, com duas chapas inscritas. Votaram 402 pessoas: a chapa 1 obteve 143 votos e a chapa 2, 254 votos (além de 2 votos brancos e 3 nulos). A chapa 2, eleita, tinha como presidente Lourenço Orth e como vice

Sérgio Itamar Alves. Durante a posse da nova diretoria, a antiga gestão prestou contas através da apresentação de um relatório das atividades realizadas, a exemplo de cursos profissionalizantes, grupo de idosos e tentativa de reparo dos problemas causados pela enchente de 1995.

Em 23/08/1999 foi realizada nova assembléia para definir as obras prioritárias do CCPAN que comporiam o orçamento municipal de 2000, sendo que apenas três pessoas participaram, todas componentes da diretoria do Centro Comunitário. Como não houve presença significativa, e nenhuma entidade do bairro respondeu aos ofícios encaminhados, os três participantes entenderam que não havia o que discutir, ficando decidido que o pedido de manutenção estaria no rol das obras orçadas no ano anterior e que não tinham sido realizadas.

Em 12/06/2000 foi realizada reunião, na qual alguns vereadores, proprietários, moradores e representantes do CCPAN apresentaram uma alteração no traçado apresentado pelo IPUF para a Rua Deputado Antônio Edu Vieira, ao presidente da Câmara Municipal, Paulo Ávila da Silva. O que preocupou a comunidade foi a largura da rua, aprovada com domínio de 30 metros. A comissão do CCPAN, que participou da reunião, reivindicou que o domínio da rua fosse de 18 metros. Como a reunião foi feita sem uma assembléia geral com a comunidade, foi proposto um novo encontro com o IPUF (para o dia 19/06/2000), a ser realizado após a assembléia geral do CCPAN, marcada para 17/06/2000. Nesta assembléia, votaram-se as propostas, sendo aceita, com 17 votos, o domínio de 18 metros (26 pessoas que estavam presentes votaram e 24 abstiveram-se). Esta deveria ser a proposta defendida pelo CCPAN no IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis).

Ainda durante esta gestão houve alterações no Estatuto. Foram alterados: o Título V, art. 13, onde, “a assembléia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano com seus participantes, até 31 de março, para discutir e examinar o plano anual de atividades, o relatório e a prestação de contas e assuntos de interesse da comunidade” e ainda se reunirá “mais duas vezes no ano em que houver eleição para diretoria executiva, até 20 de novembro para a eleição da nova diretoria e até 20 de dezembro para a posse da diretoria eleita”. Na posse, “deverá ser apresentada pela diretoria que deixa o mandato, a prestação de contas relativas ao biênio administrativo”; o Título V, art. 19, onde “as eleições para preenchimento dos cargos eletivos realizar-se-ão no mínimo 30 dias antes do término do

⁹ União Florianopolitana de Entidades Comunitárias.

mandato”, “as chapas serão compostas de 8 membros para a Diretoria Executiva, 3 membros para o Conselho Fiscal, inscritos até 48 horas antes da Assembléia Geral de Eleição”; o Título VI, cap. I, art. 25, “a Diretoria Executiva, eleita pela Assembléia Geral é constituída de 8 membros, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Vice-presidente, 1 Diretor Administrativo, 1 Diretor Administrativo Adjunto, 1 Diretor de Comunicação, 1 Diretor Financeiro, 1 Diretor Financeiro Adjunto e 1 Diretor de Cultura e Esporte e Lazer”; o Título VI, cap. I, art. 30, “compete ao Diretor Administrativo Adjunto, substituir o Diretor Administrativo em suas faltas e impedimentos.”; o Título VI, cap. I, art. 32, “compete ao Diretor Financeiro Adjunto substituir o Diretor Financeiro em suas faltas e impedimentos”.

Em 10/11/2000 novas eleições foram realizadas com duas chapas inscritas: Chapa 1 “Renovação” e Chapa 2 “Integração Comunitária”. Votaram 481 pessoas, totalizando: 5 votos brancos; 5 votos nulos; 340 votos para a chapa 1 e 131 para a chapa 2. O presidente eleito foi Romeu Franzoni Júnior e como vice Valda Ferreira Vieira. Durante a posse, em 01/12/2000, a antiga gestão prestou suas contas, tendo como realizações: a superação da crise financeira; a contratação de Assistente Social; a construção do Grupo de Voluntários e Grupo de Gestantes; a criação e elaboração do informativo do Pantanal; a realização da pesquisa sócio-econômica no bairro, em convênio com a UFSC (segundo Albertina da Silva Souza, que participava da antiga gestão como Conselho Fiscal, esta pesquisa sócio-econômica foi realizada com a participação do curso de Serviço Social e do curso de Ciências da Computação da UFSC, sendo que, faltaram somente as tabulações dos dados. Ela não soube informar aonde poderiam estar estes dados hoje); a campanha de conscientização do destino do lixo; a campanha pelo voto consciente no processo eleitoral de 2000; a representação da comunidade em eventos e órgãos públicos; a rediscussão da proposta do IPUF para o traçado da Rua Deputado Antônio Edu Vieira. Dentre as frustrações apresentadas ficaram registradas: a não conclusão das obras da enchente de 1995; a não iluminação pública para algumas ruas; a não sensibilização da CASAN quanto a necessidade de reforço e regularização do sistema de abastecimento de água do Pantanal. Como principais desafios para a próxima gestão, viam como de extrema importância a regularização do abastecimento de água e a questão do trânsito.

As propostas da nova diretoria também foram explanadas: buscar representantes junto às associações do bairro; oferecer cursos profissionalizantes; instituir o projeto Bolsa Trabalho, que indicaria profissionais do próprio bairro para preencher a demanda de

emprego; melhorias do bairro através de órgãos públicos e buscar parcerias esportivas e culturais.

Em 11/06/2001, foi novamente debatido o alargamento da Rua Dep. Antônio Edu Vieira com a participação de 50 moradores, representantes do CCPAN e o presidente e o engenheiro do IPUF. Algumas questões levantadas foram: a construção do túnel; a questão de 80 famílias serem atingidas; o esgoto sanitário, que não teria uma estação de tratamento no Pantanal, e o aumento do trânsito. Acabou-se votando a favor da proposta original do IPUF, com a largura da rua de 30 metros, apesar de já haver tido uma assembléia na gestão anterior, onde ficou decidido que a largura da rua não passaria dos 18 metros.

Em 14/11/2002, houve novas eleições, com chapa única (“No Rumo Certo”), 254 pessoas votaram, com: 249 votos a favor e 5 votos contra. O presidente eleito foi Romeu Franzoni Júnior e como vice Nelson Sipriano dos Passos Filho. Durante a posse, Romeu Franzoni colocou que teve que levar a gestão anterior sozinho, por falta de ajuda da diretoria. Em 31/03/2004 foi apresentado o plano anual de atividades, que teria como prioridades, o “Projeto CCPAN Criança” (atendendo 30 crianças no período matutino e 30 crianças no período vespertino, com atividades diversas) e os cursos oferecidos. Nesta reunião alguns cargos foram preenchidos, por terem ficado vagos: Nelson Sipriano Passos Filho como Diretor Financeiro; Antônio Vicente Silva, Diretor Vice-presidente; Terezinha Andrade, Diretora Administrativa e Jailson Machado, do Conselho Fiscal.

Ainda nesta gestão, houve alteração do Estatuto, de uma forma bastante peculiar. No dia 03/11/2004, foi apresentado em Assembléia (com participação de 47 pessoas) um abaixo-assinado promovido por Rosângela Lessa e Sandra Regina Romão, moradoras do bairro. Este abaixo-assinado, que possuía quase 400 assinaturas, solicitava a mudança do Título VI, cap. I, art. 26 do Estatuto Social, visando proporcionar aos membros da atual diretoria, serem candidatos novamente nas eleições de novembro de 2004. Sendo a proposta aceita, o mandato da Diretoria Executiva continuará sendo de 2 anos, mas, será permitida a reeleição por mais 3 mandatos, sendo que antes, só poderia se tentar reeleição por apenas mais um mandato. Isto significa que a atual gestão poderá se candidatar novamente a estas eleições (biênio 2004/2006) e também as próximas eleições do biênio 2006/2008.

Sendo assim, em 20/11/2004, a antiga gestão disputou as eleições com mais uma chapa. Votaram 693 pessoas, com: 3 votos brancos; 1 voto nulo; 1 voto em separado; 178 votos para a chapa 1 (“Viva Voz”) e 510 votos para a chapa 2 (“No rumo certo”). O

presidente eleito, novamente é Romeu Franzoni Júnior e o vice-presidente, Antônio Vicente da Silva.

A Associação de moradores do Alto do Pantanal

Mais recentemente, alguns moradores do Alto do Pantanal formalizaram (em 15/10/2004) em cartório a Associação de Moradores do Alto do Pantanal, criada com o intuito de obter um espaço onde a comunidade do Alto do Pantanal pudesse, através dessa Associação e de acordo com um de seus fundadores, legitimar suas demandas perante o poder público.

Esta Associação teve início a partir de uma mobilização feita por alguns moradores do Alto que reivindicaram (se ocuparam) um terreno para construírem um local de lazer, que serviria como sede da Associação.

Segundo Robson Luiz Silveira, um dos fundadores da Associação de Moradores, esta tentativa de tomada de posse do terreno gerou muitos conflitos dentro da comunidade. Vários moradores se identificaram como donos do terreno, mas, até hoje, não se sabe ao certo quem verdadeiramente o detém, pois está abandonado a muitos anos (pelas informações que obteve, a uns 25 anos que ninguém o utiliza). Chegaram a limpar todo o terreno e colocar uma placa demarcando suas intenções de construírem ali um espaço de convivência entre os moradores, mas esta foi retirada.

Um dos moradores que estava construindo uma casa ao lado do terreno, acabou cercando-o e reivindicando-o pra si. Isto gerou revolta entre alguns moradores que acabaram arrancando a cerca de sua casa. A questão foi parar na delegacia, onde Robson foi chamado a depor, explicando que se tratava de uma reivindicação da comunidade, que agora possuía uma Associação de Moradores legalizada.

A Associação pretende através do poder público e com a ajuda de alguns vereadores, como Marcílio Ávila e Juarez Silveira, conseguir a desapropriação deste terreno, que serviria de sede para a Associação, com possibilidade até de criarem uma nova creche no bairro, que atendesse às crianças do Alto do Pantanal. Foi feito um abaixo-assinado com os moradores para reivindicarem este terreno ao poder público no início do novo mandato.

Além disso, Marcílio Ávila foi quem os ajudou a criarem a Associação de Moradores (ajudando inclusive no fornecimento de um modelo de Estatuto), pois Robson Silveira participou como seu cabo eleitoral nas eleições de 2004. Percebe-se, portanto, um

total atrelamento da Associação com alguns vereadores, notadamente de partidos da situação.

Quanto à legitimidade desta Associação dentro da própria comunidade, Robson colocou que, durante as reuniões sobre a questão do terreno, a população foi convidada a discutir sobre a Associação, e a partir disso, foi decidido criarem-na legalmente.

Ainda não existem reuniões periódicas, por não terem uma sede, reunindo-se (os interessados) esporadicamente na casa de algum morador. Robson reivindica uma maior participação da comunidade nas questões do dia-a-dia da Associação pois, além do reduzido número de participantes, uma maior participação acaba ocorrendo apenas nos momentos de mobilização (esporádica) por alguma causa, logo se dispersando.

Quanto a relação entre a Associação de Moradores do Alto do Pantanal e o Centro Comunitário do Pantanal, Robson coloca que o presidente do CCPAN (Romeu Franzoni Júnior) se propôs a ajuda-los, tanto que, nas últimas eleições para o Centro Comunitário fizeram campanha para a chapa de Júnior. Mas, pelo que consta, ainda não tiveram nenhuma reunião concreta.

A Associação de moradores é ainda algo muito recente e cheia de conflitos, mas, de acordo com Robson, quando estiver mais estruturada e com um grupo forte, conseguirá cobrar mais, tanto do poder público, quanto do Centro Comunitário.

Considerações Finais

Como vimos, o bairro do Pantanal vem seguindo, desde o início dos anos oitenta, um padrão de organização comunitária que, ancorado historicamente na política de desenvolvimento comunitário das antigas SAC e FUCADESC, está estruturada em um modelo caracterizado por: normas estatutárias; estabelecimento de convênios; existência de uma sede com espaço e recursos para a realização de atividades sociais; e pela centralização das ações e decisões na diretoria executiva do conselho.

Vimos também que a localização do CCPAN implica não apenas distâncias geográficas, mas também sócio-políticas e culturais com a população do Alto do Pantanal. Convém aqui refletirmos, mesmo que brevemente, sobre as noções de comunidade e de organização comunitária, buscando avaliar algumas dificuldades e desafios que vêm sendo enfrentados por seus moradores.

Embora o termo comunidade apresente uma grande variedade de significados¹⁰, para nossos propósitos, comunidade significa “um grupo identificável com base no lugar de residência comum a seus membros” (GONDIM, p.12,1988). Isso implica, de certa forma, em se desmistificar concepções que apresentam um elevado grau de expectativa quanto ao caráter de integração, harmonia, homogeneidade, vontade comum e solidariedade. Tendo em vista que a questão da moradia é o elemento articulador central dessa noção de comunidade, gostaríamos de ressaltar que, sob esta, abrigam-se importantes diferenças e conflitos. Mesmo em se tratando de situações em que a origem e as condições sócio-econômicas da população que habita em um mesmo espaço geográfico sejam comuns, vários estudos vêm registrando conflitos e diferenças que perpassam questões de interesses e preferências políticas, hierarquias, relações de gênero, antiguidade no bairro, entre outros¹¹. No caso do Pantanal, a estas questões somam-se as visíveis diferenças de classe, ampliando e complexificando os interesses e relações sociais.

O que parece certo, através deste trabalho, é não apenas a constatação da precariedade das condições de infra-estrutura urbana e carência de serviços públicos, como também a constatação de que um número razoável de moradores apresenta interesse em participar e organizar uma ação coletiva tendo em vista melhorar as condições de vida da comunidade. Embora esses problemas sejam urgentes, esta comunidade se diferencia (ainda) de várias outras da cidade, não só pelo menor adensamento humano, como pela relativa tranquilidade e segurança. Assim, a organização popular seria, certamente, um instrumento poderoso para elevar o padrão de vida e de cidadania desta comunidade, impedindo o desenvolvimento de um processo que, de outra forma, tende a seguir um curso de ampliação e agravamento dos problemas e da exclusão social.

Referências

BAIERLE, S. **Um novo princípio ético-político: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80** (Dissertação), Campinas, Unicamp, 1992.

¹⁰ Religioso, funcionalista, anarquista, entre outros. Ver Gohn, 1990.

¹¹ Ver, por exemplo, Lüchmann et all (2004) e Baierle (1992).

DALLABRIDA, N. **Uma história do bairro do Pantanal** (TCC). Florianópolis, UFSC, 1989.

GOHN, M. G. **Comunidade: a volta do mito e seus significados.** *Serviço Social & Sociedade*, ano 11, n. 32, maio de 1990.

GONDIM, L. M. **Dilemas da participação comunitária.** *Revista de Administração Municipal*, vol. 32, n. 187, RJ, abr/jun de 1988.

LÜCHMANN, L.H.H. et all. **Identidades e diferenças no movimento comunitário de Florianópolis.** In: SCHERER-WARREN, Ilse; CHAVES, Iara Maria. (Org.). *Associativismo civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências*. Florianópolis, 2004, p. 57-69.

VÁRZEA, V. **Santa Catarina – a ilha.** Florianópolis, Lunardelli, 1984.